

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.092 - SC (2019/0307321-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**RECORRENTE** : **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**  
**ADVOGADOS** : **MATHEUS PINTO DE ALMEIDA - RJ172498**  
: **RODRIGO CAMPOS LOUZEIRO - SC037282**  
: **THIAGO RAVELL SANTOS - RJ183844**  
**RECORRIDO** : **CARLOS ALBERTO DOS SANTOS JUNIOR**  
**ADVOGADOS** : **VANESSA CRISTINA PASQUALINI - SC013695**  
: **MAURÍCIO PROBST - SC012779**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S.A. com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina assim ementado:

*"APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA EM PARTE.*

*APELO DA REQUERENTE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA QUE DEVE SER PAGA DE FORMA PROPORCIONAL, CONSIDERANDO A EXTENSÃO DA INCAPACIDADE DEMONSTRADA PELO PERITO JUDICIAL, BEM COMO A TABELA DE PERCENTUAIS DE DANOS (ANEXO DA LEI Nº 6.194/74, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 11.945/09). SÚMULA 474 DO STJ. PERÍCIA JUDICIAL QUE ATESTA INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE, NÃO FOI DESCONSTITUÍDA E SE SOBREPÕE AOS DEMAIS DOCUMENTOS COLACIONADOS NOS AUTOS. SENTENÇA QUE NÃO MERECE REFORMA. COMPLEMENTAÇÃO INDEVIDA.*

*APELO DA SEGURADORA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. RECEBIMENTO NA VIA ADMINISTRATIVA QUE NÃO IMPLICA RECONHECIMENTO DE PLENA E IRREVOGÁVEL QUITAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. POSSIBILIDADE DE POSTULAR A COMPLEMENTAÇÃO EM JUÍZO.*

*ARGUMENTO REJEITADO.*

*CORREÇÃO MONETÁRIA. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO, DENTRO DO PRAZO DE 30 DIAS (ART.*

*5º, §§ 1º E 7º DA LEI 6.194/74), QUE NÃO AFASTA SUA APLICAÇÃO. PRECEDENTES DESTES TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ATUALIZAÇÃO DEVIDA.*

*HONORÁRIOS RECURSAIS INDEVIDOS.*

*RECURSO CONHECIDOS E DESPROVIDOS" (fl. 377 e-STJ)*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fl. 405 e-STJ).

O recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, violação dos artigos

1.022 do Código de Processo Civil de 2015 e 5º, §§ 1º e 7º, da Lei nº 6.194/1974 sob o argumento de que *"não incide correção monetária entre a data do sinistro e a data do pagamento administrativo, quando a seguradora observar os prazos legais de pagamento especificados na lei que regula o seguro obrigatório DPVAT"* (fl. 418 e-STJ).

Contrarrrazões foram apresentadas (fls. 436/442 e-STJ).

É o relatório, em síntese.

**DECIDO.**

O recurso merece prosperar parcialmente.

Registre-se que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

No tocante à alegada negativa de prestação jurisdicional, agiu corretamente o Tribunal de origem, por inexistir omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, ficando patente, em verdade, o intuito infringente da irresignação, que objetivava a reforma do julgado por via inadequada.

A propósito, os seguintes julgados:

*"PROCESSO CIVIL. AGRAVO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO.*

*1. O artigo 535 do Código de Processo Civil dispõe sobre omissões, obscuridades ou contradições existentes nos julgados. Trata-se, pois, de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que se verifica a existência dos vícios na lei indicados.*

*2. Afasta-se a violação do art. 535 do CPC quando o decisório está claro e suficientemente fundamentado, decidindo integralmente a controvérsia.*

*(...)*

*4. Agravo regimental desprovido"* (AgRg no Ag 1.176.665/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Quarta Turma, julgado em 10/5/2011, DJe 19/5/2011).

*"RECURSO ESPECIAL - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - INOCORRÊNCIA - PRECLUSÃO - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF - TRANSAÇÃO E PRESCRIÇÃO - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ - PRODUÇÃO DE PROVAS - CRITÉRIO DO MAGISTRADO - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - CERCEAMENTO DE DEFESA - OCORRÊNCIA, NA ESPÉCIE - RECURSO IMPROVIDO.*

*1. Os embargos de declaração consubstanciam-se no instrumento processual destinado à eliminação, do julgado embargado, de contradição, obscuridade ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pelo Tribunal, não se prestando para promover a reapreciação*

*do julgado.*

*(...)*

6. *Recurso improvido*" (REsp 1.134.690/PR, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, Terceira Turma, julgado em 15/2/2011, DJe 24/2/2011).

No entanto, é incontroverso que, na hipótese dos autos, o pagamento da indenização foi feito dentro do prazo de que trata o artigo 5º, §§ 1º e 7º, da Lei nº 6.194/1974.

Nesses casos, o Superior Tribunal de Justiça tem o entendimento pacífico de que a correção monetária incidirá somente nas hipóteses em que a indenização securitária não for paga no prazo legal.

A propósito:

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. 1. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 580/STJ. PAGAMENTO TEMPESTIVO REALIZADO ADMINISTRATIVAMENTE. ATUALIZAÇÃO. INVIABILIDADE 2. VERBA HONORÁRIA. CRITÉRIO DA EQUIDADE. MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA. 3. AGRAVO DESPROVIDO.*

*1. A Súmula 580/STJ dispõe que 'a correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso.'*

*2. A correção monetária incidirá somente nas hipóteses em que a indenização securitária não for paga no prazo legal, de modo que a mora da seguradora importaria a reparação das perdas ensejadas pela inflação e a recomposição do seu montante efetivo ao longo do tempo. Na espécie, a indenização foi feita tempestivamente, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, tornando inviável a atualização monetária.*

*(...)*

*5. Agravo interno desprovido."*

(AgInt no AREsp 1.479.030/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/8/2019, DJe 30/8/2019)

*"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SEGURO DPVAT. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. PRAZO. CUMPRIMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA. NÃO INCIDÊNCIA. SÚMULA Nº 568/STJ. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME PROBATÓRIO.*

*1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).*

*2. É firme a orientação do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a correção monetária incidirá somente nas hipóteses em que a indenização securitária não for paga no prazo legal. Precedentes.*

*(...)*

*5. Agravo interno não provido."*

(AgInt no REsp 1.789.473/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 1º/7/2019, DJe 2/8/2019)

# *Superior Tribunal de Justiça*

**"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA PARTE REQUERENTE.**

*1. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, a indenização do seguro DPVAT deverá ser acrescida de correção monetária somente quando não for paga em até 30 (trinta) dias, contados da entrega dos documentos. Incidência da Súmula 83/STJ.*

*(...)*

*3. Agravo interno desprovido."*

(AgInt no AREsp 1.279.802/SE, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/5/2019, DJe 17/5/2019)

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso especial para julgar improcedentes os pedidos autorais.

Em atendimento ao disposto no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, majoro os honorários fixados na origem de R\$ 300,00 (trezentos reais) para R\$ 500,00 (quinhentos reais), em favor do advogado da parte recorrente.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator